

LÍNGUA PORTUGUESA

Giancarla Bombonato

Texto referente às questões de 01 a 05.

1 Ninguém sabia, nem pretendia saber, por que ou como Lanebbia e seus associados se interessavam por um bando de maníacos como nós, gente estranha, supostamente inteligente, que passava horas lendo ou discutindo inutilidades. Gente, dizia-se, que brilharia 4 no corpo docente de qualquer universidade; especialistas que qualquer editora contrataria por somas astronômicas (certos astros não são muito grandes). Era um enigma também para nós; mas, lamentações à parte, sabíamos de nossa incompetência, também astrotomônica (alguns astros são bastante grandes), para lidar com contratos, chefes, prazos 7 e, sobretudo, reivindicações salariais. Tínhamos, além disso, algumas doenças comuns a todo o grupo, ou quase todo: a bibliomania mais crônica que se possa imaginar, uma 10 paixão neurótico-delinquencial por textos antigos, que nos levava frequentemente a visitas subordinadas a párocos, conventos, igrejas e colégios. Procurávamos criar relacionamentos que facilitassem o acesso a qualquer velharia escrita. Que poderia estar esperando por 13 nós, por que não?, desde séculos, ou décadas. Conhecíamos armários, sótãos, porões e cofres de sacristias, bibliotecas, batistérios ou cenáculos, bem melhor do que seus proprietários ou curadores. Tínhamos achado preciosidades que muitos colecionadores 16 cobiçaram. Descobrir esses esconderijos era uma espécie de hobby nosso nos fins de semana, quando saímos atrás de boa comida, bons vinhos e velhos escritos.

Isaias Pessotti. *Aqueles cães malditos de Arquelau*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993, p. 11 (com adaptações).

- 01.** (CESPE – 2014) Seria mantida a correção gramatical do texto caso a expressão “melhor do que” (R.14) fosse substituída por “melhor que”.

GABARITO: CERTO.

Ambas as expressões estão corretas e são adjetivos que estão em grau comparativo. Pode-se empregar qualquer uma delas.

- 02.** (CESPE – 2014) De acordo com a narrativa, os “proprietários” (R.14-15) e “curadores” (R.15) desconheciam a existência de livros que haviam sido escondidos em locais antigos.

GABARITO: ERRADO.

Ao afirmar “Conhecíamos armários, sótãos, porões e cofres de sacristias, bibliotecas, batistérios ou cenáculos, bem melhor do que seus proprietários ou curadores”, entende-se que proprietário e curadores já os conheciam.

- 03.** (CESPE – 2014) Justifica-se com base na mesma regra de acentuação gráfica o emprego do acento gráfico nos vocábulos “sabíamos” e “procurávamos”.

GABARITO: CERTO.

Ambas as palavras são proparoxítonas, logo, devem sempre levar acento.

- 04.** (CESPE – 2014) O emprego de formas verbais no pretérito imperfeito, como, por exemplo, “procurávamos” (R.11) e “conhecíamos” (R.13), está associado à ideia de habitualidade, continuidade ou duração.

GABARITO: CERTO.

Os termos “procurávamos” e “conhecíamos” estão no pretérito imperfeito. Sobre os tempos verbais, é importante saber que eles expressam sentidos. Para o pretérito imperfeito, o sentido é de algo repetitivo, contínuo, habitual.

05. (CESPE – 2014) Nos trechos “que qualquer editora contrataria por somas astronômicas” (R.4-5) e “que muitos colecionadores cobiçariam” (R.15-16), o vocábulo “que” introduz orações adjetivas restritivas, nas quais exerce a função de complemento verbal.

GABARITO: CERTO.

Como ambas as orações não estão iniciadas com vírgula, há duas orações adjetivas restritivas. Tais orações são complementos verbais. Para entender a função da palavra QUE, é preciso verificar como o período foi construído. 1: Eis os especialistas. Qualquer editora contrataria especialistas (especialistas é complemento verbal de contrataria). 2: Tínhamos achado preciosidades. Muitos colecionadores cobiçaram preciosidades (preciosidades é complemento verbal de cobiçaram).

.....
Texto referente às questões 06 a 11.

- 1 Esta é uma pergunta que supõe polos opostos. Qual o valor supremo a ser realizado pelo ensino?

4 A prioridade concedida à informação percorre caminhos diferentes do projeto de formar o cidadão consciente, o espírito crítico, o ser humano solidário?

7 Até certo ponto sim. Entupir a cabeça do aluno (penso no jovem que se prepara para um vestibular) com dados, nomes, números e esquemas, o que significa em termos de formar uma pessoa justa, verdadeira, compassiva, democrática?

A aspiração de Montaigne continua viva, mais do que nunca: a criança não deve ser um vaso que se encha, mas uma vela que se acenda.

10 Para não descamar no puro ceticismo, lembro que o exercício constante das ciências físico-matemáticas, das ciências biológicas e da pesquisa histórica pode contribuir para a formação de hábitos de atenção e rigor que, provavelmente, irão propiciar o respeito à verdade, o que é sempre um progresso moral. Digo “provavelmente” porque os numerosos exemplos de transgressão da ética científica, movidos por interesses e paixões, não permitem expressões de otimismo exagerado.

16 Permanece inquietante a questão de formar a criança e o jovem para valores que ainda constituem o ideal do nosso tão sofrido bípede implume. O malogro da educação liberal-capitalista nos aflige como, em outro contexto, nos teria afigido um projeto de educação totalitária. Esta impõe, mediante a violência do Estado, a passividade inerme do cidadão, ao qual só resta obedecer aos ditames do partido dominante. Conhecemos o que foi a barbárie nazifascista, a barbárie stalinista, a barbárie maoísta. De outra natureza é a barbárie que vivemos no aqui-e-agora do consumismo irresponsável, dos lobbies farmacêuticos, do desrespeito ao ambiente, das violações dos direitos humanos fundamentais, da imprensa facciosa e venal, dos partidos de aluguel, da intolerância ideológica dos grupelhos, da arrogância dos formadores de opinião espalhados pela mídia e pelas universidades.

28 Um plano oficial de educação pouco poderia fazer para alterar esse iminente risco de desintegração que afeta a sociedade civil, atingindo classes e estamentos diversos; mas que ao menos se faça esse pouco!

Alfredo Bosi. A valorização dos docentes é a única forma de construir uma escola eficiente. Chega de proletários do giz. In: Carta Capital. Ano XIX, n.º 781, p. 29 (com adaptações).

06. (CESPE – 2014) O emprego das vírgulas isolando “em outro contexto” (R.18) justifica-se por estar esse adjunto adverbial intercalado na oração a que pertence.

GABARITO: CERTO.

No período “O malogro da educação liberal-capitalista nos aflige como, em outro contexto, nos teria”, a expressão entre vírgulas é um adjunto adverbial que indica uma circunstância de lugar.

07. (CESPE – 2014) Infere-se do texto que a educação liberal-capitalista se baseia em um plano que prioriza a informação.

GABARITO: CERTO.

Essa afirmação é percebida por meio da analogia feita no texto: “O malogro da educação liberal-capitalista nos aflige como, em outro contexto, nos teria afigido um projeto de educação totalitária. Esta impõe, mediante a violência do Estado, a passividade inerme do cidadão, ao qual só resta obedecer aos ditames do partido dominante”.

08. (CESPE – 2014) A preposição “para”, tanto em “para valores que ainda constituem o ideal do nosso tão sofrido bípede implume” (R.16-17) quanto em “para alterar esse iminente risco de desintegração que afeta a sociedade civil” (R.26-27), introduz orações que exprimem finalidade.

GABARITO: ERRADO.

No período “Permanece inquietante a questão de formar a criança e o jovem para valores que ainda constituem o ideal do nosso tão sofrido bípede implume”, a preposição “para” estabelece uma ideia de direção e não introduz uma oração. No período “Um plano oficial de educação pouco poderia fazer para alterar esse iminente risco”, a preposição “para” introduz uma oração que exprime finalidade.

09. (CESPE – 2014) Na linha 20, sem prejuízo da correção gramatical e do sentido original do texto, a preposição “a”, em “ao qual”, poderia ser suprimida.

GABARITO: ERRADO.

A expressão “ao qual” substituiu outro pronome relativo (que). Essa expressão faz referência a “cidadão”, que é uma palavra masculina que está no singular. Logo, a retirada de “a” prejudicaria a correção gramatical.

10. (CESPE – 2014) Sem prejuízo para o sentido original do texto, o termo “iminente” (R.26) poderia ser substituído por elevado.

GABARITO: ERRADO.

Em “esse iminente risco de desintegração”, o termo iminente significa “que está presentes a acontecer, está próximo”. Logo, não pode haver a substituição por “elevado”.

11. (CESPE – 2014) No trecho “nos teria afigido um projeto de educação totalitária” (R.18-19), o pronome “nos” poderia ser corretamente empregado imediatamente após a forma verbal “teria”, escrevendo-se “teria-nos”.

GABARITO: ERRADO.

Se fosse fazer a alteração sugerida no item em comento, deveria escrever-se da seguinte maneira: ter-nos-ia. Trata-se de uma regra de colocação pronominal (mesóclise), pois o verbo está no futuro do pretérito.

Texto referente às questões 12 a 20.

- 1 Atualmente, há duas Américas Latinas. A primeira conta com um bloco de países — incluindo Brasil, Argentina e Venezuela — com acesso ao Oceano Atlântico, que confere ao Estado grande papel na economia. A segunda — composta por países de 4 frente para o Pacífico, como México, Peru, Chile e Colômbia — adota o livre comércio e o mercado livre.
- 7 Os dois grupos de países compartilham de uma geografia, de culturas e de histórias semelhantes, entretanto, por quase dez anos, a economia dos países do Atlântico cresceu mais rapidamente, em grande parte graças ao aumento dos preços das commodities no mercado 10 global. Atualmente, parece que os anos vindouros são mais promissores para os países do Pacífico. Assim, a região enfrenta, de certa forma, um dilema sobre qual modelo adotar: o do Atlântico ou o do Pacífico?
- 13 Há razões para pensar que os países com acesso ao Pacífico estão em vantagem, como, por exemplo, o fato de que, em 2014, o bloco comercial Aliança do Pacífico (formado por México, Colômbia, Peru e Chile) provavelmente crescerá a uma média de 16 4,25%, ao passo que o grupo do Atlântico, formado por Venezuela, Brasil e Argentina — unidos pelo MERCOSUL —, crescerá 2,5%. O Brasil, a maior economia da região, 25 tende a crescer 1,9%.
- 19 Segundo economistas, os países da América Latina que adotam o livre comércio estão mais preparados para crescer e registram maiores ganhos de produtividade. Os países do Pacífico, mesmo aqueles como o Chile, que ainda dependem de commodities 22 como o cobre, também têm feito mais para fortalecer a exportação. No México, a exportação de bens manufaturados representa quase 25% da produção econômica anual (no Brasil, representa 4%). As economias do Pacífico também são mais estáveis. Países como 25 México e Chile têm baixa inflação e consideráveis reservas estrangeiras.

Venezuela e Argentina, por sua vez, começam a se parecer com casos econômicos sem solução. Na Venezuela, a inflação passa de 50% ao ano — igual à da Síria, país de- 28 vastado pela guerra.

David Juhnow. Duas Américas Latinas bem diferentes. The Wall Street Journal. In: Internet: <<http://online.wsj.com>> (com adaptações).

- 12.** (CESPE – 2014) A ideia defendida no texto, que se classifica como dissertativo, é construída por meio de contrastes.

GABARITO: CERTO.

O texto é dissertativo, pois trata de um assunto, traz informações sobre uma temática, a qual é apresentada por meio de contrastes entre as “duas Américas Latinas”.

- 13.** (CESPE – 2014) Infere-se do texto que o Brasil apresentará o menor índice de crescimento econômico entre os países latino-americanos em 2014, a despeito de ser a maior economia da região.

GABARITO: ERRADO.

O texto apenas traz dados sobre o crescimento econômico, mas não há como inferir que o Brasil apresentará o menor índice. Isso é percebido no trecho: “o bloco comercial Aliança do Pacífico [...] provavelmente crescerá a uma média de 4,25%, ao passo que o grupo do Atlântico, formado por Venezuela, Brasil e Argentina — unidos pelo MERCOSUL —, crescerá 2,5%. O Brasil, a maior economia da região, tende a crescer 1,9%”.

- 14.** (CESPE – 2014) Infere-se do texto que países não banhados pelo Atlântico ou pelo Pacífico, como Paraguai e Equador, não estão inseridos em nenhuma das duas Américas Latinas citadas pelo autor.

GABARITO: ERRADO.

O uso dos termos "Atlântico" e "Pacífico" serve para situar o leitor, mas não se pode afirmar que essas palavras restringem quem faz ou não parte das duas Américas Latinas.

- 15.** (CESPE – 2014) O texto diferencia aspectos econômicos de países da América Latina que convergem em outros aspectos, como os geográficos, culturais e históricos.

GABARITO: CERTO.

Pode-se perceber essa informação com o trecho: "Os dois grupos de países compartilham de uma geografia, de culturas e de histórias semelhantes, entretanto, por quase dez anos, a economia dos países do Atlântico cresceu mais rapidamente, em grande parte graças ao aumento dos preços das commodities no mercado global".

- 16.** (CESPE – 2014) Em "começam a se parecer" (R.26), o pronome "se" poderia ser deslocado para imediatamente após a forma verbal "parecer", escrevendo-se "começam a parecer-se".

GABARITO: CERTO.

A regra de colocação pronominal, descrita na questão, é aplicada (regras de colocação pronominal) quando há uma locução verbal que tenha preposição. É correto escrever: "começam a parecer-se".

- 17.** (CESPE – 2014) A forma verbal "há" (R.1) poderia ser corretamente substituída por existem.

GABARITO: CERTO.

Pela regra de concordância verbal, o verbo haver (com sentido de existir) é impersonal (não vai para o plural). No período "há duas Américas Latinas", com a substituição por "existir", este verbo deve ir para o plural, para concordar com "duas Américas Latinas".

- 18.** (CESPE – 2014) No trecho "o do Atlântico ou o do Pacífico" (R.12), subentende-se a palavra "modelo".

GABARITO: CERTO.

Percebe-se que a palavra "modelo" está subentendida. Se não fossem respeitadas as regras de coesão (evitando a repetição de palavras), poderia ser feita a seguinte redação: "um dilema sobre qual modelo adotar: o MODELO do Atlântico ou o MODELO do Pacífico?"

- 19.** (CESPE – 2014) Sem prejuízo da correção gramatical do texto, a vírgula empregada logo após o travessão, na linha 17, poderia ser suprimida.

GABARITO: ERRADO.

Para entender a função dessa vírgula, é preciso entender qual é a informação principal do período em comento: "o bloco comercial Aliança do Pacífico provavelmente crescerá a uma média de 4,25%, ao passo que o grupo do Atlântico crescerá 2,5%". Logo, na maioria das vezes, uma informação que esteja intercalada nesse período deve vir pontuada. A vírgula nesse caso é obrigatória, pois está relacionada à vírgula empregada após Atlântico, porque ambas isolam uma expressão que tem caráter explicativo: "ao passo que o grupo do Atlântico, formado por Venezuela, Brasil e Argentina — unidos pelo MERCOSUL —, crescerá 2,5%".

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Glossário

CF: Constituição Federal

CNP: Conselho Nacional da Previdência Social

CTPS: Carteira de Trabalho e Previdência Social

IAPAS: Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social

INSS: Instituto Nacional do Seguro Social

LC: Lei Complementar

LOAS: Lei Orgânica da Assistência Social

NPS: Instituto Nacional do Seguro Social

RGPS: Regime Geral de Previdência Social

RPPS: Regime Próprio de Previdência Social

STF: Supremo Tribunal Federal

STJ: Superior Tribunal de Justiça

Lilian Novakoski

- 01.** (CESPE – 2013) Acerca do conceito, da origem e da evolução legislativa da seguridade social brasileira, assinale a opção correta.
- A previdência social, conforme a CF, deve cuidar de proteger a maternidade, mas não trata da questão da gravidez.
 - Para garantir ao atendimento do objetivo de realização do bem-estar e da justiça social, o Estado brasileiro atribuiu à seguridade social brasileira caráter contributivo, sendo imprescindível a contribuição para se ter direito aos benefícios do sistema, tais como o de aposentadoria, saúde pública e assistência social.
 - A Constituição de 1934 foi a primeira a dispor sobre aposentadoria, instituindo-a para os funcionários públicos em caso de invalidez no serviço.
 - A Constituição de 1937 foi a primeira a prever a forma tripartite de custeio da previdência, realizada com contribuições do Estado, do empregado e do empregador.
 - Apesar de não ser a primeira norma a tratar de seguridade social, a Lei Eloy Chaves (Decreto Legislativo nº 4.682/1923) é considerada pela doutrina majoritária o marco inicial da previdência social brasileira.

GABARITO: E.

A: Incorreto. O Art. 201 da CF determina a proteção à maternidade, especialmente à gestante.

B: Incorreto. Para ter acesso à saúde e a benefícios assistenciais, não é necessária a prévia contribuição; apenas para ter direito a benefícios previdenciários, é que se exige a contribuição prévia.

C: Incorreto. Foi a Constituição de 1981 a primeira a prever a aposentadoria, voltada, em um primeiro momento, para os servidores públicos.

D: Incorreto. Foi a Constituição de 1934, e não a de 1937 que estabeleceu o custeio tripartite, em que o Estado, Trabalhadores e Empregadores contribuem para a manutenção das ações previdenciárias.

E: Correto. Fato histórico que é constantemente cobrado nos concursos públicos, é considerado o marco histórico.

- 02.** (CESPE – 2008) Em relação à seguridade social brasileira, sua organização e seus princípios, julgue o seguinte item.

A importância da proteção social justifica a ampla diversidade da base de financiamento da seguridade social. Com o objetivo de expandir ou de garantir a seguridade social, a lei poderá instituir outras fontes de financiamento, de acordo com o texto constitucional.

GABARITO: CERTO.

É princípio da Seguridade a diversidade da base de financiamento, possibilitando que sejam criadas novas fontes para garantir o equilíbrio financeiro. Ainda, é previsto no Art. 195 da CF que é responsabilidade de toda a sociedade contribuir para as ações nas áreas de saúde, assistência social e previdência social.

- 03.** (CESPE – 2009) Em relação aos regimes de previdência social, julgue os itens subsequentes. A previdência pública é gerida pelo Estado, dividindo-se em regime geral da previdência social e regimes próprios de previdência social.

GABARITO: CERTO.

A Previdência Pública está prevista na Constituição Federal, dividindo-se em RGPS e no RPPS. O RGPS está previsto no Art. 201 do CF, e o RPPS no Art. 40 da CF. A lógica é que todos aqueles que trabalham, nosso país, devem estar vinculados a um sistema previdenciário. Podemos afirmar que estes sistemas são de caráter obrigatório, independendo da vontade do segurado a filiação.

- 04.** (CESPE – 2013) A previdência social é regida por princípios que foram consolidados na Lei nº 8.212/1991. Entre esses princípios, encontra-se o princípio:

- a)** do cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição nominais.
- b)** da preservação do valor real dos benefícios.
- c)** da previdência complementar facultativa, custeada por parcela das contribuições sociais previdenciárias.
- d)** da universalidade de participação nos planos previdenciários, independentemente de contribuição.
- e)** do valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, superior ao valor do salário mínimo.

GABARITO: B.

O Art. 3º da Lei 8.212/91 determina como princípios da Previdência Social:

"Art. 3º A Previdência Social tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, idade avançada, tempo de serviço, desemprego involuntário, encargos de família e reclusão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Parágrafo único. A organização da Previdência Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:

- a) universalidade de participação nos planos previdenciários, mediante contribuição;*
- b) valor da renda mensal dos benefícios, substitutos do salário de contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado, não inferior ao do salário mínimo;*
- c) cálculo dos benefícios considerando-se os salários de contribuição, corrigidos monetariamente;*
- d) preservação do valor real dos benefícios;*
- e) previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional."*

Conforme se percebe nas alternativas apresentadas, a única que corresponde a um princípio é a "B" que prevê a preservação do valor real dos benefícios, para que o beneficiário tenha benefício reajustado.

D
P
R
E
V

- 05.** (CESPE – 2008) Acerca da seguridade social no Brasil, de suas características, contribuições e atuação, julgue o item a seguir:

A grande preocupação com os hipossuficientes tem sido característica marcante da seguridade social brasileira, como pode ser demonstrado pela recente alteração, no texto constitucional, de garantias para inclusão dos trabalhadores de baixa renda, bem como daqueles que se dedicam, exclusivamente, ao trabalho doméstico, sendo-lhes oferecido tempo de contribuição, alíquotas e prazos de carência inferiores.

GABARITO: ERRADO.

Sem dúvida, as normas que regem a Seguridade Social tratam da proteção social. Porém, o erro da questão está em afirmar que os prazos de carência e tempo de contribuição serão reduzidos para estes segurados. No caso citado, por exemplo, daqueles que dedicam-se exclusivamente ao trabalho doméstico em sua residência, que possuem uma renda familiar de até 2 salários mínimos, poderão contribuir em uma alíquota reduzida (alíquota 5% sobre o valor do mínimo do salário de contribuição) atende ao princípio da universalidade da cobertura e do atendimento, permitindo que estes possam ser beneficiários do RGPS. Porém, terão que cumprir com a carência mínima prevista para a concessão dos benefícios previdenciários.

- 06.** (CESPE – 2010) Segundo entendimento do STF, o princípio constitucional da irredutibilidade do valor dos benefícios impede a redução da renda mensal da aposentadoria, ainda que esta tenha sido concedida em desacordo com a lei.

GABARITO: ERRADO.

O princípio da irredutibilidade consagra que os benefícios não podem sofrer reduções. O STF firmou jurisprudência que não fere o princípio da irredutibilidade, quando o benefício tenha sido concedido em desacordo com a lei.

- 07.** (CESPE – 2010) Com a criação do Instituto Nacional do Seguro Social, foram unificados, nesse instituto, todos os órgãos estaduais de previdência social.

GABARITO: ERRADO.

O INSS é resultado da fusão do IAPAS – Instituto de Administração da Previdência e Assistência Social e o INPS – Instituto Nacional de Previdência Social, não unificando os órgãos estaduais de previdência social, com a missão de reconhecimento de direitos e concessão de benefícios do RGPS.

- 08.** (CESPE – 2011) Veda-se o aporte de recursos à entidade de previdência privada pela União, suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, salvo na qualidade de patrocinador, situação em que, em hipótese alguma, sua contribuição normal pode exceder à do segurado.

GABARITO: CERTO.

A própria CF veda o que está disposto na questão, no Art. 202

"§ 4º Lei complementar disciplinará a relação entre a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista

e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadoras de entidades fechadas de previdência privada, e suas respectivas entidades fechadas de previdência privada".

- 09.** (CESPE – 2010) Julgue o item a seguir, relativos às legislações previdenciária e da seguridade social.

A equidade na forma de participação no custeio é princípio constitucional atinente à seguridade social, no entanto, as entidades benfeitoras de assistência social que atenderem às exigências estabelecidas em lei serão isentas de contribuição para a seguridade social.

GABARITO: CERTO.

É o que prevê a Constituição no artigo 195, § 7º, vejamos:

"§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades benfeitoras de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei".

- 10.** (CESPE – 2010) Em relação aos diversos institutos de direito previdenciário, julgue o item subsecutivo:

É segurado facultativo o maior de doze anos que se filiar ao regime geral de previdência social, mediante contribuição.

GABARITO: ERRADO.

Será aquele maior de 16 anos que se filiar ao RGPS, conforme dita o Art. 11 do Decreto 3.048/99.

- 11.** (CESPE – 2010) O exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal é segurado obrigatório da previdência social como empregado, ainda que seja vinculado a regime próprio de previdência social.

GABARITO: ERRADO.

Se estiver filiado ao RPPS, está excluído, Art. 12, I, j da Lei 8.212/91.

- 12.** (CESPE – 2010) Suponha que João, servidor público federal aposentado, tenha sido eleito síndico do condomínio em que reside e que a respectiva convenção condominial não preveja remuneração para o desempenho dessa função. Nesse caso, João pode filiar-se ao Regime Geral da Previdência Social (RGPS) na condição de segurado facultativo e formalizar sua inscrição com o pagamento da primeira contribuição.

GABARITO: ERRADO.

Como João é participante de RPPS, é vedada sua filiação ao RGPS como facultativa. Observe o que dispõe a norma Constitucional:

"Art. 201, § 5º É vedada a filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência".

Porém, caso a questão trouxesse a situação do síndico remunerado (o que enquadraria João como contribuinte individual) João seria filiado no RGPS, pois seria considerado segurado obrigatório.

D
P
R
E
V

161. (FCC-2013) Tem direito aos benefícios devidos aos dependentes do segurado do regime geral de previdência social:

- a)** filho que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente.
- b)** a pessoa designada, idosa ou com deficiência, que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.
- c)** companheiro (a) desde que comprove a dependência econômica.
- d)** pai ou mãe, que comprove a dependência econômica, concorrendo em igualdade de condições com cônjuge ou companheira (o).
- e)** filho inválido ou o menor, não emancipado, até completar a maioridade civil plena.

GABARITO: A.

A: Certo. Está expresso no Art. 16, Lei nº 8213/91:

"Art. 16. São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

I - o cônjuge, a companheira, o companheiro e o filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido ou que tenha deficiência intelectual ou mental que o torne absoluta ou relativamente incapaz, assim declarado judicialmente."

O inciso I trata da 1ª classe de dependentes.

B: Errado. Não existe dependente por designação. Ou seja, o rol de dependentes no RGPS contempla somente aqueles previstos na lei.

C: Errado. Determina o § 4º do Art. 16 da Lei 8.213/91 que *"A dependência econômica das pessoas indicadas no inciso I é presumida e a das demais deve ser comprovada."*

D: Errado. Os pais (2ª classe de dependentes, previsto no inciso II do Art. 16 da Lei 8.213/91) devem comprovar a dependência econômica. Já o cônjuge ou companheiro (a) (1ª classe) é presumida a dependência econômica. Logo, uma classe exclui a outra. Vejamos o que determina a lei:

"§ 1º A existência de dependente de qualquer das classes deste artigo exclui do direito às prestações os das classes seguintes."

E: Errado. A maioridade previdenciária se dá até completar 21 anos de idade, e não 18 anos (maioridade civil).

162. (FCC – 2014) A Lei nº 8.213/91 que institui os denominados Planos de Benefícios da Previdência Social, prevê como espécie de prestações, dentre outras: salário-família, auxílio reclusão, salário-maternidade. Tais prestações são benefícios voltados, respectivamente, ao:

- a)** segurado, ao segurado e ao dependente.
- b)** segurado, ao dependente e ao dependente.
- c)** dependente, ao dependente e ao segurado.
- d)** segurado, ao dependente e ao segurado.
- e)** dependente, ao segurado e ao dependente.

D
P
R
E
V

GABARITO: D.

O salário-família é devido para o segurado empregado, trabalhador avulso e empregado doméstico, de baixa renda, pago uma cota por filho até 14 anos ou inválido, em qualquer idade; também é devido para os aposentados, que é pago pelo INSS.

O auxílio-reclusão é devido para os dependentes do segurado, recolhido à prisão em regime fechado ou semiaberto (também cabe na prisão provisória) de baixa renda. No momento da prisão, o segurado não poderá estar em gozo de auxílio-doença, não receber remuneração da empresa, aposentadoria ou abono de permanência em serviço.

O salário-maternidade é devido à segurada em razão do parto. Ao segurado segurado ou segurada da Previdência Social que adotarem ou obtiverem guarda judicial, para fins de adoção de criança, é devido salário-maternidade pelo período de 120 (cento e vinte) dias.

Portanto, seguindo a sequência dos benefícios apresentados no comando da questão, está correta a alternativa “D”. É importante lembrar que, para os dependentes, são devidos apenas os benefícios da pensão por morte e do auxílio-reclusão.

- 163.** (FCC – 2015) O segurado especial é aquele que exerce suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes e contribuem para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e fazem jus aos benefícios nos termos da lei.

Com base no exposto, não descaracteriza a condição de segurado especial:

- I. a participação em plano de previdência complementar instituído por entidade classista a que seja associado em razão da condição de trabalhador rural ou de produtor rural em regime de economia familiar.
- II. ser beneficiário ou fazer parte de grupo familiar que tem algum componente que seja beneficiário de programa assistencial oficial de governo.
- III. a utilização pelo próprio grupo familiar, na exploração da atividade, de processo de beneficiamento e venda de grãos.
- IV. a associação em cooperativa agropecuária e sindicatos rurais.

Está correto o que consta apenas em:

- a) II e IV.
- b) I e IV.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) III e IV.

GABARITO: C.

I. Correto. Não descaracteriza a condição de segurado especial, de acordo com a Lei 8.212/91, Art. 12, § 9º inciso III.

II. Correto. Não descaracteriza a condição de segurado especial, de acordo com a Lei 8.212/91, Art. 12, § 9º inciso IV.

III. Incorreto. O grupo familiar desenvolve atividade indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico, podendo fazer, beneficiamento ou industrialização artesanal, o que não fica claro na questão (Art. 12, § 9º, V).

A legislação considera processo de beneficiamento ou industrialização artesanal aquele realizado diretamente pelo próprio produtor rural pessoa física, desde que não esteja sujeito à incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados – IPI.

IV. Incorreto. A lei não prevê o sindicato rural. Veja como está previsto expressamente:

"Art. 12, § 9º, VI - a associação em cooperativa agropecuária."

164. (FCC – 2015) Considere:

- I. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com autarquia Federal.
- II. Servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com Fundação Pública Federal.
- III. Exerceente de mandato eletivo estadual não vinculado a regime próprio de previdência social.
- IV. Estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior.

De acordo com a Lei nº 8.212/1991 são segurados obrigatórios da Previdência Social como empregado os indicados em:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) I, III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) III e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

GABARITO: E.

I. Certo. De acordo com o Art. 1º, I da Lei 8.213/91:

"g) o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais."

II. Certo. Aplica-se o mesmo dispositivo da assertiva anterior, que trata dos servidores ocupantes de cargo em comissão.

III. Certo. Expresso no Decreto 3.048/99, Art. 9, inciso I:

"p) o exerceente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social."

IV. Certo. A lei também protege o trabalhador que venha a laborar no exterior. É comum certo trabalhador ser contratado no Brasil e sofrer transferência para o exterior, ainda que temporária, como, por exemplo, no caso de uma obra de construção civil, realizada no Oriente Médio. Neste caso, é considerado empregado e obedece às leis brasileiras.